JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.199 – Brasília, segunda-feira, 13 de novembro de 2000

Lideranças procuram recursos para aumentar salário mínimo

Relator do projeto de Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando conta com esforço conjunto para chegar a um consenso quanto às fontes de receita capazes de viabilizar o reajuste

Os líderes partidários devem se reunir amanhã para encontrar fontes seguras de recursos que garantam à Previdência Social dinheiro suficiente para suportar as conseqüências do aumento do salário mínimo de R$ 151 para R$ 180, a partir do ano que vem.

A taxação dos fundos de pensão e a permissão para a Receita Federal acessar contas bancárias são algumas das alternativas em estudos.

Página 2

Em reunião na sexta-feira, os deputados federais Eduardo Paes, Paulo Paim e Eunício de Oliveira e os senadores José Roberto Arruda (*ao centro*) e Amir Lando fizeram mais uma rodada de discussão sobre a elevação do salário mínimo

Heloísa Helena: governo e parte da mídia movem "campanha difamatória" contra o MST

Senadores debatem acusações contra o MST

Vários senadores se manifestaram em Plenário sobre a denúncia de que o MST desconta em seu favor 3% dos recursos liberados pelo governo federal para os assentamentos rurais.

Página 5

O líder da oposição peruana Alejandro Toledo visitou sexta-feira o Plenário do Senado. Ele foi saudado pelos senadores Eduardo Suplicy *(foto)*, Roberto Requião e Geraldo Melo, 1º vice-presidente do Senado.

Página 7

CPI do Futebol ouve ex-zagueiro Wilson Piazza

A CPI do Futebol programou para hoje depoimento do ex-zagueiro Wilson Piazza, que atuou na Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo de 1970. A audiência será às 13h30.

Página 3

Secretário da Receita depõe amanhã na CAE

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, será ouvido amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ele falará sobre uma nova política de informática para o país.

Página 3

Combate ao crime é tema de projetos na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã projetos de lei que visam dar mais eficiência ao Estado no combate ao crime.

Página 3

Júlio Eduardo cobra do governo posição sobre o desmatamento

Página 5

Lúcio Alcântara: medida permitirá combate à sonegação

Lúcio Alcântara quer flexibilizar sigilo bancário

Página 4

Líderes discutem forma de elevar mínimo

Representantes dos partidos devem se reunir amanhã, em mais uma tentativa de encontrar fontes de recursos com o objetivo de assegurar o aumento do piso salarial para R$ 180 no ano que vem

Em busca de uma solução para o aumento do salário mínimo em 2001, os líderes partidários devem discutir amanhã as possibilidades de aprovação, pela Câmara, de projeto de lei que garante à Receita Federal acesso às grandes movimentações bancárias. De acordo com estudo técnico dos economistas do Congresso, a medida poderá render aos cofres públicos uma arrecadação adicional de R$ 9 bilhões por ano.

A reunião dos líderes foi anunciada sexta-feira pelo relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), depois de um encontro com o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e os deputados Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Paes (PTB-RJ).

Para o relator, deputados e senadores devem promover um esforço neste final de ano para aprovar as medidas necessárias à garantia do aumento do salário mínimo. "A hora é agora", disse Lando. Ele lembrou que, quando há consenso entre os parlamentares, a decisão costuma ser rápida.

Arruda concordou com a necessidade de se buscar uma solução ágil para obter os recursos necessários ao pagamento de novo salário mínimo pela Previdência Social. Além do projeto que garante à Receita condições de identificar sonegadores, o senador listou como igualmente importantes as propostas de tributação dos fundos de pensão e de combate à elisão fiscal – nome dado às práticas adotadas pelas empresas para escapar à tributação por meio de brechas na legislação.

– Se o Congresso deseja de verdade aumentar o salário mínimo, deve votar rapidamente esses projetos – afirmou Arruda, defendendo uma ação conjunta entre as bancadas governistas e de oposição. "Devemos ultrapassar as divergências partidárias agora", recomendou.

Amir Lando conta com o empenho dos parlamentares para resolver a questão até o final do ano

O projeto que facilita o combate à sonegação fiscal já foi aprovado pelo Senado e espera votação na Câmara. Também está na Câmara a proposta que combate a elisão fiscal. No Senado, tramita o projeto que trata da tributação dos fundos de pensão. Somente com os fundos, avalia Arruda, o governo poderá arrecadar "no mínimo" R$ 1 bilhão por ano.

Relator estuda três alternativas de receita

"Agora, está nas mãos do Congresso." É assim que o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, define a situação em que se encontram as negociações para aumentar o salário mínimo. Ele apresentou em seu relatório preliminar três grandes linhas para aumento da arrecadação, capazes de gerar pelo menos R$ 3,8 bilhões, dinheiro a ser gasto pela Previdência Social para pagar o novo piso a 12,3 milhões de aposentados pelo INSS.

A alternativa que pode render maior arrecadação adicional é a aprovação de um projeto de lei complementar que altera o lei do sigilo bancário, dando à Receita Federal acesso às movimentações financeiras de pessoas e empresas suspeitas de sonegação.

Estudos de economistas do Congresso sugerem que a arrecadação federal subiria no mínimo R$ 9 bilhões por ano. O projeto, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, permite que os fiscais examinem a movimentação bancária dos suspeitos e, caso os indícios de sonegação sejam fortes, iniciem um processo de investigação.

Para quem teme o uso indevido das informações, o senador lembra que milhares de pessoas trabalham nos bancos, conhecem todas as movimentações e, nem por isso, há quebra de sigilo. Ele diz que nos países desenvolvidos os órgãos de arrecadação têm esse acesso.

– O sigilo não pode se transformar num manto intransponível para acobertar o ilícito. O sigilo somente se justifica como proteção do cidadão em suas ações estritamente legais e nunca para acobertar criminosos – afirma o relator-geral.

A segunda alternativa para gerar novas receitas é a cobrança de Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras dos fundos de pensão. Os fundos têm se recusado a pagar tributos, questão sobre a qual o Supremo Tribunal Federal deve se manifestar em breve.

A última e terceira alternativa anunciada para garantir o aumento do salário mínimo para R$ 180 é uma reestimativa da arrecadação prevista para o próximo ano. Técnicos do Congresso identificaram alguns tributos com previsão de arrecadação subestimada, entre eles a CPMF e a Cofins. Os dois tributos, conforme a previsão do governo, renderiam em 2001 R$ 68,7 bilhões. Como houve alteração na cobrança das duas contribuições neste ano, o relator-geral decidiu esperar números de arrecadação até o final de outubro para fazer sua reestimativa.

Trabalho dos sub-relatores termina dia 24

Os dez relatores setoriais do Orçamento 2001, indicados pelos partidos sexta-feira, terão só 13 dias para opinar sobre as milhares de emendas apresentadas por deputados, senadores, bancadas e comissões permanentes do Congresso. O prazo para emendas terminou sábado e os sub-relatores devem concluir seu trabalho até o dia 24.

Neste ano, os prazos da Comissão Mista de Orçamento estão menores porque o seu presidente, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), quer terminar a votação até 15 de dezembro. Ele argumenta que a Lei de Diretrizes Orçamentárias limitou a liberação de verbas em janeiro e fevereiro, caso o Congresso não vote o projeto orçamentário até dezembro. Agora, só poderão ser liberados recursos para pagamento de pessoal, juros da dívida e amortizações de empréstimos.

A tramitação do Orçamento na comissão prevê sua subdivisão em dez áreas, cada uma a ser votada separadamente. Por acordo de líderes partidários, o PMDB ficou com a área de infra-estrutura, em que se concentram os maiores investimentos da União (cerca de R$ 3,7 bilhões), incluindo todas as obras sob responsabilidade do DNER.

Ao PFL, coube o setor de integração nacional e meio ambiente, no qual se encontram os investimentos de R$ 940 milhões (principalmente projetos de irrigação). O mesmo partido apresentará relatório sobre educação e ciência e tecnologia, com investimentos de R$ 820 milhões. O PSDB, como no ano passado, relatará a área de saúde (gastos totais de R$ 18 bilhões, sendo R$ 910 milhões em investimentos). O PT cuidará das áreas de agricultura e desenvolvimento agrário.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2000

Brasil 500 – SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 241/99, que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para explorar serviço de radiodifusão em Aratiba (RS); PDL nº 252/99, que renova a concessão da Rádio Uirapuru para explorar serviço de radiodifusão sonora em Birigüi (SP); e PDL nº 280/99, que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiaí, em Jundiaí (SP).

COMISSÕES

13h30 – CPI do Futebol
Pauta: depoimento do zagueiro da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, Wilson Piazza. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Educação
Pauta: requerimento s/nº, do senador Geraldo Althoff, solicitando audiência pública com o presidente da Abranet, Roque Abdo, e com representantes de outras entidades, visando melhor instruir a tramitação do PLS nº 151/2000, que dispõe sobre acesso a informações da Internet; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira
10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDL nº 75/94, que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Porto Real, de Resende (RJ); PDL nº 229/99, que renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté, de Taubaté (SP); e PDL nº 63/2000, que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em Lagoa Vermelha (RS).
Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa
Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLS nº 351/99, que determina aumento de pena na hipótese que especifica; PLC nº 54/2000, acrescenta inciso ao parágrafo 5º do artigo 178 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), e parágrafo único ao artigo 208 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil), estabelecendo em seis meses o prazo prescricional de ação de regresso de que dispõe a companhia seguradora para reaver valor de indenização; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 49/99, que altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91 e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CCJ examina projetos para reforçar combate ao crime

Em reunião marcada para amanhã, comissão apreciará propostas de mudança na identificação criminal, uso de novos meios operacionais pelas polícias e criação de dois mil cargos na Polícia Federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) votará amanhã, a partir das 10h, projetos que visam dar mais eficiência ao Estado no combate ao crime. Um deles, de iniciativa do presidente da República, e já aprovado pela Câmara, estabelece que um cidadão, mesmo portador de identidade civil, será identificado criminalmente caso tenha sido acusado ou indiciado por homicídio doloso, assalto, receptação, assédio sexual, estupro e falsificação de documentos.

"A medida proposta permite que se imprima maior segurança na identificação de pessoas suspeitas de crimes graves, assegurando maior acuidade e eficácia às investigações policiais", diz o ministro da Justiça, José Gregori, na justificação do projeto. Segundo o ministro, a Constituição proíbe a identificação criminal das pessoas civilmente identificadas, salvo nas hipóteses previstas em lei. O vazio legal existente nesse campo vem causando dificuldades às autoridades policiais e levando pessoas inocentes à prisão por terem seus documentos usados, contra a sua vontade, em atos criminosos.

Outro projeto de lei de iniciativa do Executivo, e também já aprovado pela Câmara, trata da utilização de meios operacionais para melhorar a prevenção e repressão ao crime, ao isentar de culpa, exceto por excessos, o policial que cometer ato ilícito quando infiltrado em organização criminosa. O projeto torna possível ainda a captação e a interceptação pela polícia de sinais eletromagnéticos, óticos e acústicos, como os de aparelhos celulares.

Na reunião, a comissão votará projeto de lei da Câmara e igualmente enviado àquela Casa pelo presidente da República, criando dois mil cargos na Polícia Federal, sendo 160 de perito criminal, 400 de delegado, 600 de escrivão e 840 de agente, a serem providos por concurso público.

Bernardo Cabral tem na pauta da CCJ projeto sobre investigação de paternidade

De autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), projeto prevendo aumento de pena em caso de maus-tratos a animais também será apreciado pela CCJ. Tebet propõe que, se os animais forem submetidos a brigas ou rinhas, os responsáveis terão suas penas, relativas ao crime ambiental, aumentadas em dois terços.

Estão também na pauta da CCJ projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) aumentando de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória de magistrados e ministros de tribunais; projeto de lei da Câmara tratando da prescrição de direitos relativos a contratos de seguro; e projeto de lei de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) proibindo o uso da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal.

Os senadores vão apreciar ainda proposta de emenda constitucional imprimindo caráter impositivo – e não apenas autorizativo – ao Orçamento; projeto do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) mudando normas sobre investigação de paternidade; e projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) dispondo sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural na Amazônia e no Nordeste.

REFORMA POLÍTICA

Dois temas que compõem a agenda da reforma política – a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais – estarão em pauta na reunião da CCJ. A comissão apreciará ainda projeto que proíbe a divulgação de pesquisas de intenção de voto nos oito dias que antecedem as eleições.

Wilson Piazza fala sobre transações de jogadores

O zagueiro da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970 e atual presidente do Fundo de Amparo ao Atleta Profissional (Faap), Wilson Piazza, deporá hoje, às 13h30, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro. Ele deverá falar sobre supostas irregularidades nas transações de jogadores de futebol.

Na próxima semana, deverão ser agendados os depoimentos de Wanderley Luxemburgo e de Adrienne de Senna, presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que falará sobre operações suspeitas nos bingos. Já se encontram em poder da CPI as informações referentes à quebra do sigilo bancário e fiscal de Luxemburgo. Os documentos estão sendo catalogados pela assessoria da comissão.

Além dos dados fiscais e bancários de Wanderley Luxemburgo, a CPI do Futebol já recebeu informações referentes à quebra do sigilo bancário da empresa Traffic e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A comissão está investigando se existem irregularidades no contrato de patrocínio firmado entre a CBF e a empresa de material esportivo Nike, com intermediação da Traffic.

Os dois primeiros depoimentos colhidos pela CPI do Futebol foram do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, que sugeriu alterações na legislação para evitar sonegação por parte dos clubes, e do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao. Ele revelou que o BC tem 22 processos abertos contra clubes de futebol.

Última a prestar depoimento na CPI, a estudante de Direito Renata Alves acusou Luxemburgo de ter montado e operado uma rede de negócios envolvendo comissões pela escalação de jogadores, uso de imagem e transferência irregular de dólares para o exterior.

"Home page" dá informações da CPI

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) reservou espaço em sua *home page* (http://www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/index.htm) para divulgar na Internet informações sobre a comissão parlamentar de inquérito que está investigando o futebol brasileiro. Álvaro, que é o presidente da CPI do Futebol, também colocou o seu *e-mail* (alvarodias@senado.gov.br) à disposição para quem quiser enviar sugestões ou denunciar irregularidades.

Álvaro Dias reservou espaço para a CPI em sua *home page*

Entre as informações disponíveis na *home page* de Álvaro Dias estão o requerimento que cria a CPI do Futebol e a íntegra de pronunciamentos em que o senador propôs a instalação da comissão parlamentar de inquérito, destacou sua importância e refutou críticas contra seu funcionamento. Também está disponível a transcrição das notícias publicadas sobre o assunto pelos principais jornais brasileiros.

CE discute realização de audiência pública sobre Internet

Requerimento que pede a realização de audiência pública para discutir a viabilidade de identificação da origem de informações veiculadas pela Internet está na pauta da reunião que a Comissão de Educação realiza hoje, às 11h.

O autor da solicitação, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), quer convidar o presidente da Associação dos Provedores de Internet, Roque Abdo, para discutir na comissão projeto do ex-senador Luiz Estevão que estabelece a obrigatoriedade de os provedores manterem registro das conexões realizadas.

A Comissão de Educação é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI).

CAE ouve Everardo Maciel sobre proposta da nova Lei de Informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) recebe amanhã o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ele irá falar sobre o projeto de lei do governo que estabelece a nova política de informática do país. Já aprovado pela Câmara, o projeto trata dos incentivos a empresas de informática nos próximos nove anos.

Everardo Maciel foi convidado a falar sobre a Lei de Informática

A presença de Everardo estava prevista para 31 de outubro, quando a CAE debateu o assunto com o vice-governador do Amazonas, Samuel Assyag Hanan; o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Aníbal; o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco; e o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) foi o primeiro a sugerir que a CAE convidasse o secretário da Receita. Na última terça-feira, a bancada do Amazonas – senadores Bernardo Cabral (PFL), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT) – conseguiu aprovar na comissão requerimento solicitando formalmente o convite a Everardo.

No debate, o vice-governador criticou o projeto em tramitação no Senado, que estende a todo o país os incentivos fiscais à produção de telefones celulares e monitores de computador. Hanan lembrou que a Constituição de 1988 prevê a correção de desigualdades regionais e a manutenção, por 25 anos, dos benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus.

O secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo e os representantes do governo federal discordaram. José Aníbal argumentou que o projeto da nova lei prevê a descentralização de investimentos de pesquisa e desenvolvimento.

Os senadores pelo Amazonas acreditam que o estado pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter os benefícios constitucionais assegurados à Zona Franca.

Alcântara pede à Câmara que facilite quebra do sigilo bancário

Projeto aprovado por unanimidade no Senado possibilitaria acréscimo de R$ 11 bilhões anuais na receita da União

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um apelo à Câmara dos Deputados para aprovar projeto de sua autoria que flexibiliza a quebra do sigilo bancário, dispensando a autorização prévia do Judiciário em determinadas situações. O projeto permitirá um combate à sonegação que pode render R$ 11 bilhões anuais, quantia suficiente para custear um aumento substancial do salário mínimo a partir do próximo ano, ressaltou.

Segundo Alcântara, o projeto foi aprovado por unanimidade no Senado e "dormiu sono profundo" na Câmara durante anos. "Agora foi reavivado, mas o substitutivo que resultou dele está tornando a quebra de sigilo bancário ainda mais difícil do que já é hoje, quando está verdadeiramente sacralizado, muito mais para proteger os sonegadores do que os cidadãos de bem", afirmou.

Lúcio Alcântara diz que substitutivo apresentado na Câmara piora a situação

Ele citou matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com declarações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, estimando de R$ 11 a R$ 20 bilhões o excesso de arrecadação que pode resultar de uma flexibilização da quebra de sigilo bancário. Para Alcântara, a Câmara tem obrigação moral de aprovar a proposta originária do Senado e pode dar à Receita novas armas de combate à sonegação fiscal.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a Câmara está inviabilizando o esforço feito pelo Senado de aprovar o projeto de Alcântara, ao elaborar um substitutivo que protege ainda mais os sonegadores. Também em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a Câmara dos Deputados, por vezes, torna-se a câmara mortuária dos projetos que o Senado aprova.

Suassuna propõe esforço do governo para cobrar dívida ativa

O governo deveria fazer um esforço decisivo para receber R$ 310 bilhões em tributos não pagos e inseridos na chamada dívida ativa da União, sugeriu o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo o senador, essa seria uma forma de encontrar recursos necessários ao pagamento do aumento do salário mínimo sem ter que elevar impostos.

– Se preciso, haveremos de mudar a lei para que representantes do governo negociem com os devedores – antecipou Suassuna. Ele observou que as dívidas somam a metade do Produto Interno Bruto (PIB).

Como contribuição ao debate em torno do aumento do mínimo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador, vai reunir em breve os presidentes de tribunais, ministros do governo e procuradores para encontrar uma maneira de acelerar a cobrança de R$ 200 bilhões que a União tem para receber de empresas e pessoas. Só nos tribunais federais, o estoque da dívida a receber soma a quantia de R$ 110 bilhões.

Suassuna propõe também que o governo venda prédios e terrenos que não usa e administra mal

Ney Suassuna sugeriu ainda que o governo federal venda uma grande quantidade de prédios e terrenos, "dos quais cuida muito mal, deixando de cobrar aluguéis e taxas de ocupação em valor compatível com a realidade do mercado".

– Muito benefício traria ao erário a alienação de um patrimônio imobiliário que nenhuma relação guarda com as necessidades da administração – disse Suassuna.

Projeto aprovado por comissão aperfeiçoa uso dos fundos constitucionais, diz Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) saudou em Plenário, na sexta-feira, a aprovação do projeto que regulamenta os fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pela comissão mista do Congresso dedicada à análise da matéria. Após mais de dois anos em tramitação e tendo recebido 177 emendas, a proposta deve pôr fim às sucessivas reedições da medida provisória sobre o assunto e contribuir, na opinião de Tebet, para aperfeiçoar "esses importantes instrumentos financeiros de redução das desigualdades regionais".

A expectativa do senador é que o projeto seja aprovado pelo Congresso até o dia 24, quando expira a vigência da MP. Embora enfrente resistências do Executivo, por propor redução de juros nas operações de crédito e ampliação do prazo para renegociação das dívidas, a matéria, relatada pelo deputado federal Francisco Garcia (PFL-AM), foi aprovada por unanimidade na comissão.

Na opinião de Tebet, "o projeto está em fina sintonia com os anseios da sociedade e do setor produtivo"

"O projeto está em fina sintonia com os anseios da sociedade e do setor produtivo", afirmou Tebet, presidente da comissão. Além da redução de juros para pequenas, médias e grandes empresas, que devem se situar na marca anual de 6%, 8,75% e 14%, respectivamente, está prevista a concessão de um desconto a quem quitar seu débito em dia. O prazo para renegociação das dívidas foi prorrogado até 29 de dezembro.

O desempenho do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente da comissão, foi elogiado por Tebet e pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). De acordo com Alcântara, a autonomia demonstrada pelo Congresso, ao votar um projeto sem o aval do Executivo, impediu que uma questão polêmica e importante se arrastasse por mais tempo.

Apesar do volume considerável de recursos acumulados nos fundos constitucionais, superior a R$ 700 milhões nos do Norte e Centro–Oeste e a R$ 1 bilhão no do Nordeste, Pinheiro lamentou a elevação dos custos dos financiamentos pela inflação, tornando-os "impagáveis".

Antero reclama providência do BB contra licitação irregular

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu providências administrativas do Banco do Brasil em relação à contratação de serviços de transporte de valores e segurança privada em Mato Grosso e Goiás que, segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), estão irregulares. O TCU, que deverá julgar o processo em breve, aponta formação de cartel por parte das empresas Sebival e Confederal, que venceram as duas licitações.

"Na dúvida, deve haver nova concorrência; temos que primar pela preservação do patrimônio público", disse. Ele espera que tenha havido equívocos nas licitações, e não má-fé ou dolo, e acrescentou ser contrário à privatização do BB.

O senador informou que a empresa Cormat entrou com processo no TCU após perder as licitações, há cerca de um ano. Apesar de oferecer preços mais baixos, a Cormat foi excluída de uma das licitações por não apresentar certidões negativas de débito no prazo exigido pelo banco. "Mas a Cormat tinha uma liminar judicial indicando que não podia ter as certidões por estar sob processo judicial. O Banco do Brasil ignorou o documento", disse o senador. Pelos seus cálculos, a decisão acarretará prejuízo anual de R$ 1,2 milhão aos cofres públicos.

Antero Paes de Barros disse esperar que tenha havido equívocos, e não má-fé ou dolo

Em outra licitação, para prestação de serviços em 30 lotes, o Banco do Brasil excluiu a Cormat da disputa, por considerar muito baixos os preços apresentados pela empresa, e, segundo avaliação do banco, insuficientes para cobrir os custos do trabalho. A Cormat, segundo o senador, já vinha prestando serviços nos lotes a que concorreu e conseguiu baixar os preços depois de nova análise dos custos. As empresas vencedoras apresentaram custos 104% superiores, e o próprio BB vem pedindo que abaixem esses valores.

Senador elogia programa Luz no Campo

O programa Luz no Campo, lançado pelo governo federal, vai acelerar o desenvolvimento regional e será um forte instrumento para fixar o homem ao campo, disse o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O programa, segundo informou, vai consumir cerca de R$ 2,7 bilhões e beneficiará diretamente mais de cinco milhões de pessoas que moram e trabalham no interior brasileiro.

Ramez Tebet informou que o Luz no Campo foi lançado inicialmente em dois municípios de Mato Grosso do Sul – Rio Brilhante e Miranda. Para ele, quando o programa estiver definitivamente implantado, será um dos principais responsáveis pelo fortalecimento do interior brasileiro, gerando emprego e renda, além de dar suporte concreto às atividades agropecuárias.

Ao saudar o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, pelo lançamento do programa Luz no Campo, o senador lembrou ainda que a energia elétrica também irá beneficiar milhares de assentamentos e ajudar o controle do êxodo rural.

Heloísa aponta campanha difamatória contra o MST

Líder do Bloco Oposição responsabiliza setores do governo e a grande imprensa por acusações – que considera infundadas – contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), denunciou em Plenário, na sexta-feira, o que chamou de "campanha difamatória" contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que é acusado de aplicar mal os recursos liberados pelo governo para cooperativas e de coagir assentados para obter contribuições. Heloísa responsabilizou setores do governo e a grande imprensa pela campanha.

A senadora petista criticou reportagem do jornalista Josias de Souza, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que acusa a entidade de obrigar os produtores a destinar 3% dos financiamentos agrícolas à causa. Após tachar a denúncia de "infundada", Heloísa endossou a posição do MST que, de posse de documentos do Incra, acusou o governo de ter custeado transporte e combustível para a reportagem da *Folha* se deslocar até os assentamentos.

Heloísa Helena critica a favelização em assentamentos e o crescimento do êxodo rural

"Apesar da estratégia do governo FHC de derrotar física e moralmente o MST, os trabalhadores rurais estão resistindo", afirmou Heloísa. Na sua opinião, a política agrícola do governo pretende inviabilizar a produção autônoma e a agricultura familiar. "Só deve permanecer quem tem condições de competir no mercado agrícola internacional", observou.

Citando dados do IBGE e do Incra, a líder oposicionista atribuiu ao atual modelo agrícola a favelização em assentamentos, o crescimento do êxodo rural e a concentração de terras. Entre 1995 e 1999, o IBGE apurou que 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo, enquanto o Incra constatou que os latifúndios foram ampliados em 80,6 milhões de hectares entre 1992 e 1998.

Júlio Eduardo quer tomada de posição do Brasil para a reunião em Haia, na Holanda

Júlio cobra posição do governo sobre efeito estufa

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) cobrou do governo federal uma posição mais clara sobre o desmatamento e o efeito estufa. O senador lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tenha tocado no assunto ao participar, na quinta-feira, de um fórum no Itamaraty sobre mudanças climáticas.

Júlio Eduardo informou que, anualmente, 20 mil quilômetros quadrados são desmatados no Brasil, e que essa é a principal fonte emissora de gases causadores do efeito estufa no país. Lembrou que os países do Primeiro Mundo são responsáveis por 80% da emissão de gases, e que os Estados Unidos sozinhos respondem por 25% do total.

O senador considera fundamental uma tomada de posição do Brasil diante do problema, principalmente durante a reunião da próxima semana em Haia, na Holanda, em que estarão em debate os chamados meios de desenvolvimento limpo (MDL). Júlio Eduardo acha que as florestas devem ser consideradas um dos mecanismos limpos, porque a conferência sobre MDL inclui a busca de ajuda econômica aos países pobres.

A inclusão das florestas nos mecanismos de desenvolvimento limpo é defendida por setores minoritários do governo, como o Ministério do Meio Ambiente, que não estará representado na reunião de Haia, explicou o senador. O Brasil tem 40% das florestas tropicais do mundo e, se elas não forem incluídas, o país estará renunciando a uma fonte de recursos na casa de bilhões de dólares. Sem as florestas, estima-se que o país obteria no máximo 1% da receita do MDL.

Senadores debatem acusações ao movimento

Diante das críticas e denúncias contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em recente reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Roberto Requião (PMDB-PR) apresentaram em Plenário, na sexta-feira, opiniões diversas sobre o episódio. Enquanto Suplicy e Requião consideram regular o desconto, em favor da entidade, de 3% dos empréstimos obtidos pelos assentados, Geraldo Melo discorda dessa prática.

Geraldo Melo: MST é agente de importantes mudanças no país

Para Suplicy, a reportagem encerra um problema ético. Um jornal que sempre se pautou pela independência editorial, afirmou, deveria ter insistido em reembolsar as despesas de deslocamento do repórter, pagas pelo Incra, para afastar qualquer sombra de parcialidade.

O senador petista também contesta que a taxa de 3% destinada ao MST constitua financiamento público do movimento. "De acordo com parecer do jurista Miguel Reale, o dinheiro deixa de ser público ao ser retirado dos bancos oficiais pelos assentados", informou. Apesar de considerar legal o desconto, Suplicy sugeriu à entidade que passe a cobrar contribuição dos assentados quando as atividades agrícolas começarem a gerar rendimentos.

A legitimidade do desconto promovido pelo MST sobre os associados é comparável, segundo Roberto Requião, ao desconto que o PT faz nos contracheques dos parlamentares filiados ao partido. "É fundamental reconhecer que, sem o MST, não se faria mais reforma agrária no país", destacou Requião.

Geraldo Melo disse que o MST é hoje um agente de importantes mudanças na estrutura política e social do país, e que não se pode desmoralizá-lo apenas com suspeitas de desvios em projetos cooperativados. Mas também não concorda que a indignação de alguns frente às denúncias impeça sua apuração.

Geraldo Melo discorda de Suplicy, Requião e Heloísa, e considera a taxação dos empréstimos em 3% pelo MST como desvio de finalidade na aplicação dos recursos. "O percentual deve incidir sobre os rendimentos da atividade produtiva dos assentados", disse.

Tião Viana quer liberação de recursos para o SUS

O senador Tião Viana (PT-AC) apelou ao Ministério do Planejamento para que libere R$ 1,5 bilhão que a Comissão Mista de Orçamento destinou ao Sistema Único de Saúde (SUS). O senador considera o dinheiro indispensável para o funcionamento dos hospitais públicos do país e a garantia de continuação dos serviços de prevenção de doenças.

Segundo Tião Viana, o Legislativo usou seu legítimo poder constitucional para destinar recursos oriundos do excesso de arrecadação e atender pedidos do Sistema Único de Saúde, ameaçado de insolvência. "A área econômica do governo precisa fazer uma reflexão sobre os reais interesses da população brasileira, porque a saúde representa o principal deles", disse.

O senador afirmou que o Sistema Único de Saúde tem melhorado bastante no Brasil desde o início dos anos 90, apesar das dificuldades. "A descentralização dos serviços abriu caminho para que as pequenas comunidades contem agora com serviços de prevenção às endemias, e não somente com o mero tratamento", acrescentou.

Viana: risco à sobrevivência do SUS

Tião Viana disse que o SUS está com a sobrevivência sob risco, devido à resistência dos ministérios da Fazenda e do Planejamento em liberar verbas incluídas pelo Legislativo no Orçamento Geral da União.

Romero Jucá apela à Polícia Federal e à OAB para que apurem os assassinatos

Jucá pede apuração de massacre em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou à Polícia Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil para que apurem o assassinato de sete jovens, com idades entre 13 e 21 anos, ocorrido no dia 4, no balneário do Rio Cauamé, em Boa Vista (RR).

O senador lamentou que, mais uma vez, Roraima tenha destaque negativo na grande imprensa nacional em função de escândalos, como aconteceu há três anos, quando 39 crianças morreram na maternidade estadual, e também com as denúncias de corrupção no Judiciário.

– Estamos todos estarrecidos com esse novo episódio, agravado pelo fato de que o ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Roraima, e ex-diretor do sistema penitenciário do estado, Silvino Lopes da Silva, foi reconhecido como um dos assassinos por dois sobreviventes do massacre – afirmou Jucá.

O senador informou que a identificação de Silvino Lopes da Silva, "uma pessoa de confiança do governador Neudo Campos", só foi possível porque dois dos 10 jovens fingiram-se de mortos e um deles conseguiu cruzar o rio e chamar a polícia.

O senador admitiu que o problema das chamadas "galeras" (grupos de jovens desordeiros) é grave em Boa Vista, mas a violência não é maneira de resolvê-lo. Ele garantiu que a prefeita eleita de Boa Vista, Teresa Jucá, pretende implantar programas que garantam um futuro para esses jovens.

Carlos Wilson quer Museu Guggenheim no Recife

Senador diz que a capital pernambucana reúne todas as condições para abrigar a sede brasileira da prestigiada instituição. "Não é justo que o Sudeste e o Sul sejam os únicos depositários de obras valiosas", afirma ele

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) defendeu a instalação no Recife da futura sede do Museu Guggenheim no Brasil. Ele argumenta que a capital pernambucana possui todas as qualidades exigidas para sediar o museu. Boa localização, possibilidade de cessão do terreno, capacidade de atrair público e viabilidade econômica são, segundo ele, algumas dessas qualidades.

Carlos Wilson informou que uma comitiva de arquitetos americanos já se encontra no Brasil, chefiada pelo presidente da fundação que administra o museu, Thomas Krens, e vai percorrer as cidades de Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e São Paulo em busca do melhor lugar para instalar o museu.

O senador disse que desde 1997 vêm sendo feitas gestões junto ao publicitário alemão Thomas Rempen, colaborador da Fundação Guggenheim, para que o Recife seja a cidade escolhida para sediar o museu. Segundo ele, Rempen já esteve lá e escolheu algumas áreas próximas à Escola de Aprendizes de Marinheiro, junto ao Memorial Arcoverde. Carlos Wilson pediu o apoio dos demais senadores para instalar a sede brasileira do Guggenheim no Recife, argumentando que falta à região Nordeste um museu de arte de grande expressão.

Wilson pediu o apoio dos senadores à instalação do museu no Recife

– Não é justo que o Sudeste e o Sul sejam sempre os únicos depositários de obras valiosas, especialmente nos campos da pintura e da escultura internacionais – disse o senador.

O parlamentar enfatizou o desenvolvimento que a instalação do museu trará para a região, sobretudo para os setores de turismo e cultura. E citou como exemplo a cidade espanhola de Bilbao, que, depois da instalação de uma filial do Guggenheim, apresentou uma queda nos altos índices de violência e desemprego, resultados do fim da extração mineral – sua principal fonte de renda – e hoje recebe considerável número de turistas.

O Museu Guggenheim, informou o senador Carlos Wilson, foi criado e construído pelo milionário norte-americano, Solomon Guggenheim, e tem duas sedes em Nova York. O seu acervo forma uma das mais belas coleções de arte moderna e contemporânea do mundo e possui filiais em Veneza, na Itália; em Berlim, na Alemanha; além de Bilbao, Espanha.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e o professor de Relações do Trabalho da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
7h30 – *Entrevista* – Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
8h – *Especial* – TCU
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil–Colônia na TV – Dos Grilhões ao Quilombo
9h – *Cores do Brasil* - Pernambuco
9h30 – *CPI do Roubo de Cargas*
11h – *Entrevista* – Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
12h – *Entrevista* – Sen. Nabor Júnior fala sobre a reforma política
12h30 – *Revista Brasília* – nº15
13h30 – *Debate* – Sen. Pedro Simon e o professor de Relações do Trabalho da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – *Comissão de Assuntos Econômicos* (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *CPI do Futebol*
Logo após: *Comissão de Educação*
Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação
24h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Extendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: ¾

Antena Parabólica – Sistema Analógico:
- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

João Alberto defende maior apoio das escolas à formação de atletas

Se o Brasil quiser dispor de equipes esportivas vitoriosas, deve começar a formação do atleta desde criança, disse o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) a propósito do 52º lugar obtido pelo Brasil nas Olimpíadas de Sidney. Para o senador, o fato deve servir de alerta para a elaboração de um plano estratégico realista de desenvolvimento dos esportes no país.

Ele apresentou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), segundo os quais somente 18,1% das 183.448 escolas do ensino fundamental, públicas e particulares, têm quadras de esportes. Já no ensino médio, cerca de 71,5% têm locais para prática esportiva.

João Alberto Souza: o país nas mãos de "estrelas solitárias"

Segundo João Alberto, no ensino médio, já é tarde para desencadear a formação de um atleta com padrão técnico internacional.

– O entusiasmo e o investimento se concentram de maneira ufanista em poucos atletas "prontos", projetados exaustivamente pela mídia, estrelas solitárias cujo brilho parece não provir da energia e da engrenagem do conjunto – disse ele.

Psicoterapeuta fala à TV Senado sobre novos métodos para superar traumas

"Há três formas de reagir diante de uma situação de trauma: enfrentar, fugir ou 'congelar'. A terceira é a que causa transtornos" – explicou o psicólogo Antônio Ricardo Teixeira ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, no programa *Entrevista Especial* que foi ao ar pela TV Senado no último final de semana. Antônio Teixeira, que é um psicoterapeuta de formação reichiana, procura integrar os tratamentos tradicionais aos métodos mais modernos para a superação dos mais diversos traumas.

Em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, Antônio Teixeira (E) disse que 25% das pessoas não superam naturalmente seus traumas

De acordo com o psicólogo, 25% das pessoas não superam naturalmente os traumas, em especial se não conseguirem encontrar uma boa explicação para as suas próprias reações no momento de choque emocional, e se não contarem, depois, com o apoio de amigos, da família e de um bom terapeuta.

– O trauma também tem uma natureza fisiológica. A pessoa não consegue superá-lo, e fica condicionada, não encontrando respostas físicas e psicológicas para reverter isso – continuou, salientando que, em média, as pessoas sofrem pelo menos um trauma a cada cinco anos, geralmente relacionado a violência, doença, perda de entes queridos ou outros choques emocionais.

Como conseqüência, podem ser desenvolvidos quadros de depressão, ansiedade, transtornos dissociativos e até síndrome do pânico. Entre as técnicas utilizadas pelo psicoterapeuta, está a denominada de *Eye Movement Desensitization and Reprocessing* (EMDR), desenvolvida pela psicóloga norte-americana Francine Shapiro, da Universidade Mental Research Institute, em Palo Alto, na Califórnia (EUA).

A técnica consiste em levar o paciente a mover os olhos continuamente, de um lado a outro, enquanto se recorda da situação traumática. Os resultados, segundo Antônio Teixeira, podem ser imediatos.

Requião comemora decisão sobre contrato do governo do Paraná com a Renault

Segundo o senador, o STJ determinou que seja divulgado o acordo realizado com a montadora de automóveis francesa. A medida permitirá conhecer a "caixa-preta do estado", disse

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comemorou a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinou a divulgação de informações pelo governo do Paraná sobre o contrato firmado com a montadora francesa Renault. A decisão, que deu ganho de causa a ação impetrada pelo PMDB, PT e PCdoB, na avaliação do senador, "humilha o Tribunal de Justiça paranaense", que há três anos vinha negando o pedido dos partidos de oposição ao governador Jaime Lerner.

– O Tribunal de Justiça considerou o trambique entre a Renault e o estado do Paraná objeto de sigilo, indeferindo a liminar e garantindo absoluta desinformação sobre a negociata. Nós, a partir dessa sentença, vamos quebrar a "caixa-preta" do estado do Paraná. Vamos exigir os contratos de privatização da Sanepar e os contratos com as outras empresas automobilísticas, e a sociedade poderá julgar se andou bem o governador ou se, como nós, da oposição, dizemos há muito tempo, todos esses contratos foram ilegítimos – disse Requião.

Um dos argumentos para o pedido é que o empréstimo e a transferência de recursos à Renault, seja sob a forma de participação acionária, como benefícios fiscais ou prorrogação de prazos de recolhimento de valores relativos ao ICMS, teriam obrigatoriamente de ser analisados pela Assembléia Legislativa. De acordo com os partidos de oposição, o protocolo firmado prevê vantagens que poderiam ser lesivas ao estado e ao erário na medida em que a dispensa de encargos financeiros importaria renúncia fiscal. Como o pedido de informações não foi respondido pelo governador, eles impetraram mandado de segurança na Justiça paranaense.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser inadmissível que um contrato entre o governo de estado e uma empresa montadora de automóvel não possa ser do conhecimento da população. "É estarrecedor ouvir que isso aconteceu no Paraná", disse.

MUDANÇAS NA JUSTIÇA

A morosidade da decisão – tomada após três anos de instalação da fábrica, com os benefícios já concedidos – comprova, na avaliação de Requião, a necessidade de federalizar o Judiciário. A idéia, sustenta o senador, é tirá-la de perto das pressões do poder estadual.

O senador também citou decisão da Justiça Eleitoral que julgou favoravelmente recurso impetrado pelo PMDB contra decisão de primeira instância que retirou do ar programa do partido. A decisão foi tomada depois das eleições, sem possibilidade de surtir efeito no resultado das eleições. Segundo Requião, a juíza Lenice Bodstein, que determinou a retirada da propaganda do PMDB, não tinha competência para a decisão.

– Com esse julgamento, ela provavelmente mudou o resultado das eleições municipais de Curitiba. A senhora Lenice Bodstein não será julgada nem responsabilizada civil ou criminalmente pelo seu absurdo, pela estultice jurídica – afirmou.

Sérgio Machado lembrou que a pastoral está comemorando 15 anos de trabalho no Ceará

Machado elogia atuação da Pastoral da Criança

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) elogiou o trabalho realizado pela Pastoral da Criança em todo o país, lembrando que o serviço solidário está comemorando 15 anos no Ceará, uma das primeiras regiões onde foi implantado. A pastoral, que iniciou seus trabalhos na cidade de Ocara, hoje cobre 109 municípios cearenses, atendendo quase 60 mil crianças de zero a seis anos de idade por mês, informou o senador.

Sérgio Machado fez uma homenagem especial à pediatra Zilda Arns Neumann, uma das criadoras da Pastoral da Criança, que difundiu os ensinamentos sobre o uso do soro de reidratação para a cura da diarréia e sobre a importância da amamentação. Sua primeira experiência foi em Florestópolis (PR), onde de cada mil crianças, 127 morriam antes de completar os seis anos de idade. Um ano depois de iniciado o programa da pastoral, destacou o senador, a cifra foi reduzida para 28 mortes em cada mil crianças.

Sérgio Machado disse que hoje o trabalho da pastoral se estende a países como Angola, Equador, Paraguai, Peru e Guiné-Bissau. No Brasil, essa rede de solidariedade conta com mais de 136 mil voluntários que combatem a desnutrição e a mortalidade infantil. Ele destacou que o trabalho, a cargo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atinge 3.277 municípios brasileiros, beneficiando mais de um milhão de pessoas, habitantes dos bolsões de pobreza.

A Pastoral da Criança, observou o parlamentar, já acumulou sucessivos reconhecimentos pelo seu trabalho. Em 1991 recebeu o Prêmio Unicef pelo serviço de saúde e nutrição comunitária do Brasil. Sérgio Machado lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso indicou, no dia 3 de outubro, a pastoral para representar o país na disputa pelo Prêmio Nobel da Paz do próximo ano.

Senador saúda em nome do PMDB líder da oposição peruana

Em nome da liderança do PMDB, o senador Roberto Requião (PR) saudou sexta-feira a presença em Plenário do líder da oposição peruana Alejandro Toledo, que disputou as últimas eleições presidenciais daquele país. Para o senador, Toledo foi derrotado em virtude de "uma eleição viciada e fraudulenta", comandada pelo presidente Alberto Fujimori, que saiu vitorioso.

Ao solidarizar-se com o líder peruano, Roberto Requião pediu desculpas a ele pela atitude "atabalhoada" do presidente Fernando Henrique Cardoso que, segundo disse, deu "guarida e respaldo à fraude eleitoral" ocorrida no Peru. "Mas a atitude do governo não encontra eco nos senadores democratas brasileiros e nem no sentimento de liberdade do povo brasileiro", afirmou.

Roberto Requião disse que Alejandro Toledo teria vencido efetivamente, nas urnas, as eleições presidenciais peruanas. Mas a fraude eleitoral, observou, impediu que ele fosse considerado eleito. "Estamos aqui diante do presidente de fato do Peru", disse Requião ao saudar Alejandro Toledo, que se encontrava na tribuna de honra acompanhado de sua mulher, Eliane Toledo.

Roberto Requião: Alejandro Toledo foi derrotado nas eleições presidenciais devido à fraude

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), em nome da Mesa, também enalteceu a visita de Alejandro Toledo, mas deixou claro que sua saudação não representava qualquer tipo de interferência nos assuntos internos do Peru.

Suplicy lamenta posição de Fernando Henrique sobre a crise no Peru

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a presença em Plenário do líder da oposição no Peru, Alejandro Toledo, que concorreu às eleições presidenciais. Suplicy externou sua solidariedade ao povo peruano, dizendo esperar que em breve o país possa realizar nova eleição para presidente. A prefeita eleita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), também presente no Plenário, cumprimentou Toledo, que estava acompanhado da mulher, Eliane Toledo, e de uma comitiva.

Eduardo Suplicy afirmou lamentar a posição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria pedido ao governo do Panamá para dar asilo político a Vladimir Montesinos, chefe do serviço de inteligência peruana que teria sido flagrado subornando um deputado oposicionista. Suplicy relatou que foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requerimento de sua autoria, com parecer favorável do senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do colegiado, que solicita explicações ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a respeito da posição do governo brasileiro sobre a crise política no Peru, causada pelo suposto suborno realizado por Montesinos.

Eduardo Suplicy: "O Senado acompanha de perto a luta dos peruanos pela democracia"

– O Senado Federal acompanha de perto a luta dos peruanos pela democracia, liberdade e justiça – disse Suplicy. O senador afirmou ainda que a cena, com Montesinos, de corrupção indignou a todos os americanos, do Alaska à Patagônia. Pressionado pela população, Alberto Fujimori, presidente do país pela terceira vez consecutiva, convocou eleições para o dia 8 de abril de 2001.

Esclarecimento à sociedade

A propósito da matéria publicada no dia 9 de novembro do corrente pelo *Correio Braziliense*, intitulada "O enrolado embaixador da Bahia", na qual um trecho de seu conteúdo sugere que compras realizadas pelo Senado Federal teriam sido contratadas em função de interesses *lobistas* de fornecedores, vimos a público esclarecer o seguinte:

As compras realizadas pelo Senado Federal, na administração da atual Mesa Diretora, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, têm sido feitas rigorosamente dentro da Lei 8.666, de 1993, que regulamenta as aquisições no serviço público, e em estrita obediência ao que determina o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 1997. Ademais, o presidente da Casa sequer participa dos procedimentos licitatórios, cabendo ao primeiro-secretário autorizar a deflagração dos mesmos, bem como ratificar os casos de inexigibilidade, em conformidade com o que a lei determina.

Nos casos específicos citados pelo jornal, esclarecemos que as compras para a ampliação e modernização da Biblioteca do Senado ocorreram mediante concorrência pública submetida a ampla divulgação através do *Diário Oficial* da União, edição de 28 de abril de 1998, e publicações no *Correio Braziliense, Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, no dia 8 de maio de 1998.

O resultado da licitação, que seguiu rigorosamente todos os trâmites legais, conforme comprova ampla documentação por nós disponibilizada ontem a toda a imprensa do país, foi publicado no *Diário Oficial* de 7 de julho de 1998.

A modernização da Biblioteca do Senado, uma das maiores e mais importantes do Brasil, foi amplamente justificada em exposição de motivos minuciosa, de autoria da diretora daquela unidade, senhora Simone Bastos Vieira, e aprovada pela Mesa Diretora desta Casa.

No que se refere às compras realizadas pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), o objetivo foi instalar uma "sala-cofre" destinada a garantir a segurança de um parque computacional de elevadíssimo custo, que armazena um acervo de informações de valor inestimável e vitais para as atividades do Legislativo e para a sociedade brasileira.

Após assegurar-se de que somente havia um único fornecedor dos equipamentos requeridos, abriu-se um processo regular de compra fundamentado no inciso 1º do artigo 25 da Lei 8.666, de 1993.

O fundamento básico de todo processo licitatório é selecionar o melhor fornecedor entre um grupo de fornecedores. Obviamente, se há somente um único fornecedor do produto, não há o que selecionar, a não ser proceder-se a um exame rigoroso de preço, qualidade, condições de entrega, manutenção e coisas dessa natureza, o que foi feito com esmero.

E tanto esse é o procedimento legal e natural que vários outros órgãos públicos adquiriram da mesma empresa fornecedora ao Senado a "sala-cofre" aqui mencionada, valendo-se do mesmo dispositivo da inexigibilidade previsto em lei. Destacam-se entre as empresas compradoras desse equipamento o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Aneel, a Telesp Celular, o Prodan-SP e a Datamec-Rio.

A Infraero e o Ministério da Saúde, em vez de se utilizarem desse mecanismo legal, preferiram realizar licitação, verificando-se, então, o mesmo resultado da inexigibilidade, uma vez que a citada fornecedora foi também selecionada por ser a única a atender às especificações dos compradores.

Vale ressaltar, ainda, que a lei exige declaração de entidade idônea atestando a exclusividade no fornecimento do produto que se quer adquirir por inexigibilidade. No caso da compra aqui citada, feita pelo Prodasen, foram anexadas ao processo declarações de várias entidades, atestando a exclusividade do fornecedor em questão, destacando-se, entre elas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Comercial de Minas Gerais, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Associação das Indústrias do Mobiliário do Estado de São Paulo e o Sindicato do Comércio Varejista de Materiais de Construção, Maquinismo, Ferragens, Tintas, Louças e Vidro da Grande São Paulo. A compra somente foi realizada após pesquisa de preços junto a outros compradores e após minuciosa análise do processo feita pelo setor jurídico do Senado.

Informo ainda que toda a documentação relativa a quaisquer compras realizadas pelo Senado Federal encontra-se à disposição da imprensa ou de qualquer cidadão que queira averiguar a veracidade das informações aqui prestadas.

Senador Ronaldo Cunha Lima
Primeiro-secretário do Senado Federal

Bornhausen quer encurtar as campanhas eleitorais

Projeto reduz para 35 dias o tempo de propaganda no rádio e na TV e de cinco para dois meses e meio o período eleitoral

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou projeto de lei que torna mais curto o período das campanhas eleitorais. As convenções partidárias para a escolha dos candidatos, atualmente realizadas no início de junho, passariam, pelo projeto, a acontecer entre 1° e 10 de agosto e o segundo turno das eleições para cargos executivos seria antecipado do último para o terceiro domingo de outubro.

Jorge Bornhausen: "O pleito deste ano demonstrou que é excessivo o prazo do processo eleitoral"

Com as mudanças propostas, o período eleitoral seria reduzido de quase cinco meses – entre o início de junho e o fim de outubro – para dois meses e meio. A propaganda eleitoral gratuita nas emissoras de rádio e televisão, por sua vez, seria limitada pelo projeto de lei a 35 dias antes das eleições, dez a menos do que dispõe a atual legislação.

"O pleito realizado neste ano demonstrou que é excessivo o prazo do processo eleitoral", afirma Bornhausen na justificação de seu projeto, que foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador lembra ainda que o mês de julho, atualmente incluído nas campanhas, coincide com as Olimpíadas, nos anos de eleições municipais, ou com a Copa do Mundo, nas eleições estaduais e nacionais.

Bornhausen pretende ainda, com a proposta, desestimular a troca de partidos por deputados federais no início de cada legislatura. O texto estabelece que a proporcionalidade a ser levada em conta entre as bancadas na hora de definir a participação de cada partido na propaganda gratuita é a estabelecida no resultado das eleições. Atualmente, leva-se em conta o número de deputados por partido no início da legislatura.

Carlos Patrocínio propõe mudança em regra para a troca de partido político

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) determina que quem se filiar a outro partido não precisará mais fazer a comunicação ao partido e ao juiz eleitoral no mesmo dia da nova filiação.

O projeto de Patrocínio elimina a exigência de comunicação oficial da nova filiação no mesmo dia em que ela ocorrer

De acordo com o senador, a exigência, que faz parte da lei que dispõe sobre os partidos políticos, gerou inúmeros contratempos durante o período que antecedeu a realização das últimas eleições porque, caso não se confirme a comunicação, fica configurada a dupla filiação, com risco de perda de mandato. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser apreciada.

Com a nova proposta, fica estabelecido apenas que, decorridos dois dias da data da entrega da comunicação de desfiliação, o vínculo torna-se extinto e, em caso de dúvida, será considerada válida a notificação à Justiça Eleitoral que apresentar data mais recente.

– Ressalvados os objetivos éticos, tal exigência não se revelou exeqüível no aspecto prático, razão pela qual consideramos de justiça determinar que a validade da filiação seja estabelecida pelo procedimento mais recente – argumentou o senador na justificação da matéria.

Patrocínio afirmou que, em um país em que a obrigatoriedade do voto se baseia mais sobre o direito do que sobre o dever do cidadão, devem ser eliminados todos os obstáculos que ponham em risco o exercício da vontade popular, reformulando-se a legislação.

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Melo, Jonas Pinheiro, Lauro Campos e Júlio Eduardo